

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

O agrupamento das pessoas em classes sociais não é, ao contrário do que alguns pensam, "apenas uma decisão técnica como outra qualquer". Como tudo no estudo da desigualdade, esse agrupamento reflete decisões políticas, ainda que elas não sejam explícitas. E não é sem razão: a escolha da identificação de classes de uma forma específica tem implicações concretas. O problema não está apenas na terminologia usada, está também na forma como as classes são definidas.

Quem não consegue entender isso pode fazer um exercício simples: identifique pobres como uma classe; considere que quase todo mundo queira erradicar a pobreza; que quase todo mundo queira saber melhor o que é preciso para tanto; defina como pobre 0,1% da população; nesse caso, que medida erradicaria a pobreza? Caridade privada seria suficiente; agora defina como pobre 99,9% da população. A medida recomendada seria uma revolução.

Conclui-se desse exercício que a forma como pesquisas dividem a sociedade em classes tem implicações práticas, pois pesquisa em desigualdade é usada para definir políticas. Quando se coloca uma pessoa numa classe, a tendência é que essa pessoa passe a ser vista como todas as demais pessoas que estão naquela classe e, em alguns casos, passe a ser tratada do mesmo modo pelas políticas.

Qual é a diferença substantiva entre uma pessoa um centavo abaixo da linha de renda que define os benefícios de assistência social e outra um centavo acima? Em renda, irrelevante, mas a classificação elegível e não elegível tem impactos concretos na vida das pessoas. Elas passam ou não pelo buraco da agulha dos critérios de elegibilidade de programas sociais. Alguns programas chegam a ser desenhados com base em classes, por isso o assunto não é apenas um detalhe acadêmico.

Marcelo Medeiros. *Os ricos e os pobres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 1 Quanto à tipologia, o texto classifica-se como injuntivo, pois instrui o leitor a realizar pesquisa sobre as diversas implicações do agrupamento de pessoas em classes sociais.
- 2 Infere-se do texto que o agrupamento de pessoas em classes sociais não é útil para a sociedade, pois resulta em políticas públicas injustas.

- 3 No trecho "Em renda, irrelevante" (segundo período do último parágrafo), a vírgula é empregada para indicar uma elipse.
- 4 No trecho "Elas passam ou não pelo buraco da agulha dos critérios de elegibilidade de programas sociais" (último parágrafo), o autor do texto faz referência à rigidez e à estreiteza dos critérios de acesso a programas sociais.
- 5 O uso das aspas no primeiro parágrafo indica um afastamento do autor da ideia transmitida no trecho por elas delimitado.
- 6 Segundo o autor do texto, o principal problema das classificações sociais reside na terminologia utilizada, que não é suficientemente precisa para refletir a realidade social.
- 7 Estariam preservados a correção gramatical e o sentido original do primeiro período do último parágrafo caso o trecho "que define os benefícios de assistência social" fosse isolado entre vírgulas.
- 8 O pronome "isso" (primeiro período do segundo parágrafo) retoma o vocábulo "terminologia" (último período do primeiro parágrafo).
- 9 No período "O problema não está apenas na terminologia usada, está também na forma como as classes são definidas." (final do primeiro parágrafo), a substituição da segunda ocorrência da forma verbal "está" por **mas** alteraria o sentido estabelecido na coordenação das duas primeiras orações — o sentido de adição passaria a oposição.
- 10 No trecho "esse agrupamento reflete decisões políticas, ainda que elas não sejam explícitas" (primeiro parágrafo), a substituição de "ainda que" por **conquanto** manteria as relações sintáticas e semânticas estabelecidas originalmente.
- 11 As palavras "explícitas" e "técnica" seguem a mesma regra de acentuação gráfica.

Espaço livre

O crescimento das casas de apostas *online* no Brasil impacta diretamente o consumo e a renda das famílias brasileiras. A facilidade de acesso e a promessa de ganhos rápidos atraem um número crescente de brasileiros, que, de acordo com um levantamento de uma instituição bancária, já gastaram cerca de 68 bilhões em jogos virtuais. Na mesma pesquisa, estima-se que 0,22% do PIB tenha sido destinado a apostas *online* nos últimos 12 meses. Esse avanço demonstra que, à medida que as *bets* disputam espaços com outras formas de consumo, a renda disponível para educação, saúde e lazer torna-se cada vez mais comprimida.

Os impactos são mais sentidos nas classes sociais mais desfavorecidas. O tipo de jogo conhecido como *bet*, acessível por aparelhos celulares, tem seu nicho de exploração entre os mais pobres, pela facilidade de acesso e ausência de empecilhos legais e burocráticos de controle. Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento e acredita que, "investindo" pouco dinheiro, pode multiplicá-lo. Quando essa perspectiva se associa a um comportamento compulsivo, ela se torna a fórmula perfeita para o vício e o comprometimento da renda familiar.

Esse cenário afeta não apenas a situação financeira das famílias, mas também a saúde mental dos envolvidos. O ciclo vicioso de apostas pode levar ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade, frustração e desesperança, à medida que as perdas se acumulam e as promessas de ganhos nunca se concretizam. De acordo com pesquisa do Instituto Locomotiva, 51% dos brasileiros que apostam sentem aumento de sintomas de ansiedade. Além disso, a pesquisa revela que 42% desse público usa esse vício como uma fuga ilusória das dificuldades cotidianas, mas, ao invés de aliviar o estresse, aprofunda-o com sensações de impotência e isolamento.

Internet: <www.ufl.br> (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 12 No trecho "O crescimento das casas de apostas *online* no Brasil impacta diretamente o consumo e a renda das famílias brasileiras" (primeiro parágrafo), o segmento "o consumo e a renda" poderia ser corretamente reescrito como **no consumo e na renda**, pois, de acordo com a norma padrão, a regência do verbo **impactar** é variável.
- 13 No trecho "Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento" (segundo parágrafo), o vocábulo "contumaz" poderia ser substituído, sem prejuízo da correção e da coerência das ideias do texto, por **in corrigível**.
- 14 O trecho "O ciclo vicioso de apostas pode levar ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade, frustração e desesperança" (último parágrafo) poderia ser reescrito, preservadas a correção gramatical e a coerência textual, da seguinte forma: **O ciclo vicioso de apostas pode levar à sintomas de ansiedade, frustração e desesperança**.
- 15 No segundo parágrafo, o segmento "pela facilidade de acesso e ausência de empecilhos legais e burocráticos de controle" expressa causa.

- 16 No trecho "estima-se que 0,22% do PIB tenha sido destinado a apostas *online*" (primeiro parágrafo), o emprego da partícula "se" indica que o sujeito da primeira oração se classifica como indeterminado.
- 17 Estariam preservados os sentidos do texto e sua correção gramatical caso o último período do segundo parágrafo fosse assim reescrito: **Essa perspectiva, associada a um comportamento compulsivo, se torna a fórmula perfeita para o vício e o comprometimento da renda familiar**.
- 18 O pronome "o", em "aprofunda-o com sensações de impotência e isolamento" (final do último parágrafo), retoma o substantivo "vício".
- 19 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal "gastaram" (segundo período do primeiro parágrafo) fosse flexionada na terceira pessoa do singular — **gastou**.
- 20 Na oração "A facilidade de acesso e a promessa de ganhos rápidos atraem um número crescente de brasileiros" (primeiro parágrafo), não haveria prejuízo da correção gramatical se o verbo fosse flexionado na terceira pessoa do singular, pois, nesse caso, como o sujeito é composto, a concordância pode ser feita com o núcleo do sujeito mais próximo, de acordo com a norma padrão.

Julgue os itens que se seguem, relativos à ética e aos princípios e valores corporativos.

- 21 Um comitê de *compliance* age de forma ética ao punir rigorosamente diretor que tenha fraudado relatório financeiro, ainda que a fraude tenha evitado a demissão imediata de centenas de colaboradores da organização.
- 22 Uma liderança organizacional pratica o valor da transparência radical ao omitir dos colaboradores os dados sobre crise financeira iminente, sob a justificativa de que o sigilo evita o pânico e mantém o foco na produtividade.
- 23 Uma corporação global que fundamenta sua governança no princípio da tolerância e do respeito à diversidade cultural atua de forma ética ao tolerar e silenciar práticas de assédio e discriminação de gênero em suas filiais estrangeiras, sob a justificativa de respeito aos costumes locais.

Com base nas disposições do Código de Ética e de Conduta da FUNPRES-P-JUD, julgue os itens subsecutivos.

- 24 É vedado aos integrantes da FUNPRES-P-JUD eximir-se da responsabilidade oriunda de seus atos ou inerente ao seu mandato ou emprego.
- 25 A proibição do uso de informação privilegiada pelos colaboradores da FUNPRES-P-JUD está condicionada à ocorrência de efetivo prejuízo financeiro ou patrimonial para a fundação.
- 26 De acordo com o referido código, o foco na otimização de resultados, quando voltado ao cumprimento dos objetivos da fundação, pode ser priorizado em detrimento da responsabilidade socioambiental.
- 27 O colaborador da FUNPRES-P-JUD pode aceitar gestos de cortesia como brindes ou convites de organizações interessadas nos negócios da fundação, contanto que o valor desses gestos de cortesia não ultrapasse meio salário mínimo.

No que concerne à Política de Integridade e ao Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD, julgue os itens a seguir.

- 28** O Comitê de Riscos e Integridade da FUNPRESP-JUD, órgão de assessoramento temático à governança, é responsável pela fiscalização e pelo monitoramento da implementação do Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD.
- 29** A Política de Integridade da FUNPRESP-JUD tem como objetivo principal estabelecer padrões de conduta para minimizar potenciais riscos financeiros decorrentes de investimentos.
- 30** O Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD define-se normativamente como a adesão institucional contínua e o alinhamento consistente aos valores, aos princípios e às normas de alto padrão ético que norteiam o propósito da fundação.
- 31** O Programa de Integridade da FUNPRESP-JUD, cujo caráter é essencialmente preventivo, tem o objetivo de identificar e gerir os riscos de integridade inerentes à fundação.

Com base nos preceitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens que se seguem.

- 32** A implementação de programa de governança em privacidade deve adaptar-se à sensibilidade dos dados tratados, independentemente da estrutura, da escala e do volume das operações.
- 33** De acordo com a LGPD, o tratamento de dados pessoais sensíveis prescinde de anonimização em qualquer estudo conduzido por órgão de pesquisa.
- 34** O dado pessoal qualifica-se formalmente, conforme o ordenamento jurídico, como qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou puramente identificável.
- 35** A disciplina legal relativa à proteção de dados pessoais fundamenta-se no respeito à privacidade, na autodeterminação informativa e na defesa do consumidor.

Acerca dos regimes de previdência previstos no ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 36** Por ser de natureza privada, o regime de previdência complementar prescinde de disciplina por lei complementar, podendo ser inteiramente regulado por atos internos das entidades que administram os planos.
- 37** O agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração vincula-se ao regime geral de previdência social (RGPS), e não a regime próprio de previdência social (RPPS).
- 38** Nos entes federativos que mantenham regime próprio de previdência social (RPPS), a organização desse regime deve observar, entre outros aspectos, sua destinação aos servidores titulares de cargos efetivos e a vedação de existência de mais de um RPPS e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.

Em relação à previdência complementar no Brasil, especialmente no que se refere ao seu regramento constitucional, aos órgãos regulador, fiscalizador e supervisor e às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), julgue os itens que se seguem.

- 39** No segmento fechado de previdência complementar, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) exerce a função de órgão regulador do regime, ao passo que o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) atua como autarquia responsável pela fiscalização e supervisão das EFPC.
- 40** O regime de previdência complementar instituído para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo pode oferecer planos de benefícios nas modalidades benefício definido, contribuição definida ou contribuição variável, desde que administrados exclusivamente por EFPC.
- 41** O acesso às EFPC depende de vínculo empregatício, funcional, associativo ou institucional com o ente patrocinador ou instituidor da entidade.

Com base nas Leis Complementares n.º 108/2001 e n.º 109/2001, que disciplinam o regime de previdência complementar e a relação entre entes públicos patrocinadores e suas EFPC, julgue os itens a seguir.

- 42** Nas entidades de previdência complementar patrocinadas pelo poder público e por suas empresas, o conselho fiscal, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade, enquanto o conselho deliberativo, por ser órgão de controle interno, limita-se à fiscalização contábil e atuarial da entidade.
- 43** Nos planos de benefícios de entidades fechadas, a portabilidade do direito acumulado pode ocorrer mesmo sem a cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador, e os recursos financeiros portados podem transitar diretamente pela conta bancária do participante.

À luz do disposto no Estatuto Social da FUNPRESP-JUD, julgue os próximos itens.

- 44** A aplicação do patrimônio dos planos de benefícios da FUNPRESP-JUD deve ser realizada de acordo com a legislação pertinente, as políticas aprovadas pelo conselho deliberativo e as condições de segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e solvência compatíveis com os compromissos dos planos de benefícios.
- 45** Os patrimônios dos planos de benefícios administrados pela FUNPRESP-JUD são comunicáveis entre si, podendo as reservas de um plano ser utilizadas para cobrir insuficiências de outro, desde que mediante autorização da diretoria-executiva da fundação.

A respeito do Plano JusMP-Prev, administrado pela FUNPRES-P-JUD, julgue os seguintes itens.

- 46** De acordo com o Regulamento do Plano JusMP-Prev, o assistido é o participante ou o beneficiário que esteja em gozo de benefício de prestação continuada.
- 47** O Plano JusMP-Prev é estruturado na modalidade de contribuição definida e seu público potencial abrange membros e servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União.
- 48** O participante autopatrocinado, para transitar às categorias de participante patrocinado, vinculado ou remido, prescinde de desistência formal do autopatrocínio, bastando que ocorra aumento da base de contribuição, novo vínculo efetivo com patrocinador ou cessação do vínculo efetivo.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o disposto na Resolução PREVIC n.º 23/2023.

- 49** A Diretoria de Normas da PREVIC deve publicar, até 30 de junho de cada exercício, a fórmula de cálculo utilizada para a definição dos fatores de porte e de complexidade, bem como a relação de entidades enquadradas em cada segmento para o exercício social seguinte, utilizando, para fins de enquadramento, as informações das EFPC relativas ao mês de dezembro do exercício anterior.
- 50** A diretoria-executiva é o órgão de administração e gestão da EFPC, incumbido de executar as diretrizes e a política de administração estabelecidas pelo conselho deliberativo, observando práticas de governança, gestão e controles internos compatíveis com o porte, a complexidade e os riscos dos planos administrados.

Espaço livre
